

ABORDAGEM FONOAUDIOLÓGICA BILÍNGUE NUMA ESCOLA DE SURDOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA ¹

Bilingual speech therapy approach at a school for deaf: experience report

Roberto César Reis da Costa

Mestre em Língua e Cultura (UFBA). Professor Assistente (SENAI – Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia – CIMATEC –, DR-BA). Fonoaudiólogo Educacional (AESOS – Associação Educacional Sons no Silêncio, Salvador/BA). Tradutor-intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.

Email: roberto.fono@gmail.com

Artigo recebido em 20 de novembro de 2011 e selecionado em 20 de março de 2014

RESUMO

Considerando que as línguas de sinais podem ser analisadas sob as óticas morfológicas, fonológicas, semânticas, sintáticas, lexicais, pragmáticas e discursivas (QUADROS e CRUZ, 2011) e levando-se em conta que o fonoaudiólogo é o profissional responsável pela (re)habilitação da linguagem, a perspectiva bilíngue tem emergido como um novo paradigma na terapêutica fonoaudiológica com sujeitos surdos (LACERDA, NAKAMURA e LIMA, 2000; COSTA, 2010). A abordagem bilíngue “propõe tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar” (GUARINELLO, 2007, p. 45). Portanto, o foco do trabalho fonoaudiológico na escola especializada para surdos deve girar em torno do atendimento fonoaudiológico com vistas a: (a) fomentar a aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua; e (b) possibilitar o aprendizado da língua portuguesa, sobretudo na modalidade escrita, como segunda língua. Evidentemente, o fonoaudiólogo também participará de trabalhos junto à equipe pedagógica, objetivando a construção de possibilidades educacionais que visem ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes surdos. Baseando-se em uma abordagem qualitativa de análise, o objetivo da pesquisa ora apresentada é expor algumas experiências promissoras do trabalho fonoaudiológico realizado em uma escola de surdos na cidade de Salvador/BA. De fato, as crian-

ças surdas da escola de surdos podem ser beneficiadas com o atendimento fonoaudiológico na vertente bilíngue, levando-se em conta que a maioria dessas crianças não tem adquirido a Libras como primeira língua, por serem filhas de pais ouvintes. É de suma importância que o fonoaudiólogo nesse contexto educacional seja fluente e proficiente em Libras. Além disso, é relevante elucidar à equipe pedagógica que o discurso não deve estar desvinculado da prática no tocante à educação bilíngue.

Palavras-Chave: Terapêutica fonoaudiológica. Abordagem bilíngue. Fonoaudiologia educacional.

ABSTRACT

Whereas sign languages may be analyzed under the morphological, phonological, semantic, syntactic, lexical, pragmatic and discursive optics (QUADROS & CRUZ, 2011), and taking into account that the speech and language therapist is the professional responsible for (re) enabling language, bilingual approach has emerged as a new paradigm in speech therapy with deaf people in Brazil (LACERDA; NAKAMURA & LIMA, 2000; COSTA, 2010). The bilingual approach “aims at making accessible to the deaf child two languages in the school context” (GUARINELLO, 2007, p. 45). Herein, the focus of speech therapy in school for the Deaf must revolve around the speech

¹ Agradeço a colaboração da fonoaudióloga *Laura Catarina Carvalho* pela apreciação e revisão do texto final.

therapy in order to: (i) encourage the acquisition of Brazilian Sign Language (Libras) as a first language, and (ii) enable the learning of Portuguese, especially in the written form, as a second language. Of course, the speech therapist will also participate in studies with the teaching staff, aiming to build educational opportunities designed to develop the Deaf students' academic level. Based on a qualitative analysis, the objective of the research presented here is to expose some promising experiences of speech therapy performed in a school for the deaf in Salvador, Bahia, Brazil. As a matter of fact, deaf children in deaf school may be benefitted from speech therapy in the bilingual aspect, taking into account that most of these children have not acquired Libras as a first language, once they are children of hearing parents. It is extremely important that the speech therapist in the educational context is fluent and proficient in Libras. Moreover, it is important to elucidate to the teaching staff that the speech should not be divorced from practice, with regard to bilingual education.

Keywords: *Speech and Language Therapy. Bilingual Approach. Educational Speech and Language Therapist.*

INTRODUÇÃO

Historicamente, no que refere ao atendimento do sujeito surdo, a terapia fonoaudiológica tem como foco a “reabilitação” (ou habilitação) da linguagem oral, baseando-se no pressuposto de que o “deficiente auditivo” deve adquirir, ou melhor, aprender a linguagem oral para que possa ser inserido na sociedade, composta majoritariamente de pessoas ouvintes. Nesse aspecto, essa terapêutica fonoaudiológica enfoca o ensino da linguagem oral ao surdo. Entretanto, se o enfoque está no “ensino”, isso quer dizer que a língua oral será doutrinada, já que o surdo não será capaz de adquiri-la naturalmente.

O ponto emblemático no tocante à surdez não está no fato de o sujeito surdo não se comunicar oralmente. É imprescindível que entendamos:

A ausência de qualquer modalidade de linguagem interfere de modo significativo no desenvolvimento do indivíduo, podendo provocar modificações comportamentais com consequências sérias em relação à formação de identidade do surdo (CÁRNIO, COUTO & LICHTIG, 2000, p. 47).

Diante disso, é necessário entender que a fonoaudiologia não deveria eleger como questão central a inabilidade de se comunicar por intermédio da oralidade, mas o ponto crucial deveria girar em torno da ausência de uma modalidade linguística. Então, é importante que o fonoaudiólogo no contexto da educação de surdos

compreenda claramente que a linguagem visogestual pode ser naturalmente adquirida pelos sujeitos surdos e, para que isso ocorra, não se necessitará de adestramento.

Ainda a respeito do ensino da linguagem oral, é relevante expor que:

Por mais que se tente contextualizar o ensino da língua oral para crianças surdas, ela sempre será artificial, pois a criança surda não tem o principal sensor necessário à aquisição desse tipo de língua. Por isso, quando se diz que a criança surda deve aprender a língua oral de forma natural e contextualizada, deve-se compreender que esse aprendizado será sempre artificial, sistemático [...] O atendimento baseado no Oralismo, isto é, o aprendizado da língua oral de forma sistematizada e ao longo de muitos anos, não garante o pleno desenvolvimento da criança surda e nem sua integração à comunidade ouvinte, já que apenas o domínio dessa língua em hipótese alguma possibilita a equiparação entre pessoas surdas e ouvintes (GOLDFLED, 2002, p. 90)).

Foi nesse contexto de questionamentos e dúvidas quanto à eficácia da vertente oralista que diversos fonoaudiólogos revisaram as suas práticas terapêuticas e começaram a ventilar um novo paradigma para a clínica fonoaudiológica. Esse novo paradigma já não enxergará esse sujeito como um “deficiente auditivo” que “carecerá de” ensino para “aprender” a “linguagem oral”; ao contrário, o sujeito surdo deve estar inserido em um meio favorável (em uma determinada comunidade surda) para que possa ser capaz de adquirir a língua de sinais como primeira língua, por intermédio de processos naturais de interação.

A abordagem bilíngue “propõe tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar” (GUARINELLO, 2007, p. 45).

Enfim, o objetivo deste artigo é expor algumas experiências promissoras do trabalho fonoaudiológico, adotando-se uma perspectiva bilíngue, no âmbito de uma escola de surdos na cidade de Salvador/BA. Preliminarmente, far-se-á uma breve revisão a respeito da abordagem fonoaudiológica na vertente bilíngue, com vistas à compreensão do papel do profissional fonoaudiólogo dentro de uma escola que atende exclusivamente sujeitos surdos

ABORDAGEM FONOAUDIOLÓGICA NA VERTENTE BILÍNGUE

Não será objetivo desse breve artigo discutir as filosofias educacionais denominadas: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Para a compreensão dessas

filosofias, o leitor poderá consultar: LEVY e SIMONETTI (1999); LACERDA, NAKAMURA e LIMA (2000); MOURA (2000b); GOLDFELD (2002); GUARINELLO (2007); e SANTANA (2007). Além disso, a respeito da educação bilíngue para surdos, é pertinente “(re)visitar” os seguintes autores: Quadros (1997); Skliar (1997); Fernandes (2005); Dorziat (2009); Slomski (2010); e Sá (2011).

No que se refere ao “bilinguismo” utilizado na área da fonoaudiologia, é pertinente trazer a reflexão de Moura (2000):

A partir dos últimos [...] anos, o termo Bilinguismo passou a circular nos bastidores da Fonoaudiologia, [...] sem que muitas vezes se tivesse uma compreensão real da ideologia que a originou, nem as formas de trabalho possíveis. Passou a ser “politicamente correto” defender o Bilinguismo como única forma válida de trabalho com surdos (MOURA, 2000a, p. 61).

Não basta apenas conhecer a língua de sinais e se declarar “bilíngue”, haja visto que outras questões deverão ser refletidas e compreendidas. Os fonoaudiólogos que se dispõem a adotar uma perspectiva bilíngue em sua atuação profissional deverão também atentar para: as questões de língua/cultura/identidade e suas respectivas relações; o contexto familiar e sociocultural de cada sujeito surdo; o histórico da constituição subjetiva desse sujeito – seja ele(ela) bilíngue ou não; o ambiente escolar em questão; e outros comprometimentos orgânicos e/ou funcionais que estejam retardando a aquisição/desenvolvimento da linguagem.

A respeito da guinada do olhar do profissional fonoaudiólogo em relação à criança surda, é pertinente destacar o que Novaes e Balieiro (2004) expõem:

O trabalho com a criança surda vem ganhando novos contornos, na medida em que a expectativa e a meta de qualquer proposta terapêutica ou educacional é o desenvolvimento da linguagem e o consequente aprendizado da língua e o papel do fonoaudiólogo é criar condições para que isso aconteça, por meio de encaminhamentos e recomendações necessárias. O aprendizado de uma língua é fundamental no processo de aquisição da cultura escrita. Qual língua deve ser ensinada (a língua portuguesa oral ou a língua de sinais) é uma questão que depende do contexto de cada caso (NOVAES; BALIEIRO, 2004, p. 733).

A terapêutica fonoaudiológica não poderia estar associada exclusivamente à estimulação para aquisição da linguagem oral, já que, em alguns casos, os sujeitos desprovidos do sentido da audição não estavam logrando sucesso. Diante dessa problemática, os profissionais

foram impelidos à reflexão sobre as suas práticas, almejando a adoção de outras técnicas/estratégias que fossem mais viáveis e estivessem em sintonia com as habilidades que pudessem ser fomentadas. É nesse contexto que vai emergindo a vertente bilíngue.

Dos aspectos que influenciaram a ascensão da perspectiva bilíngue na clínica fonoaudiológica, podem-se destacar: pesquisas linguísticas com enfoque nas línguas de sinais; legislações a respeito da acessibilidade do sujeito surdo; reconhecimento legal da Libras (Lei 10.436/2002, também conhecida como “Lei da Libras”); regulamentação mediante o Decreto 5.626/2005 da Lei da Libras; insucesso da clínica fonoaudiológica baseada em práticas exclusivamente oralistas (conforme foi pontuado anteriormente); dentre outros aspectos.

Os teóricos e os pesquisadores que defendem um enfoque bilíngue na terapêutica fonoaudiológica corroboram que o foco do trabalho na escola de surdos deve considerar: (a) o fomento à aquisição da Libras como primeira língua; (b) o aprendizado da língua portuguesa, sobretudo na modalidade escrita, como segunda língua.

Ademais, o profissional da área fonoaudiológica poderá cogitar outros trabalhos junto à equipe pedagógica, com vistas à construção de possibilidades educacionais que visem ao desenvolvimento acadêmico do alunado surdo. Vale pontuar que o profissional não deve se ater exclusivamente a um ambiente clínico fechado, mas deve, juntamente com a equipe pedagógica, avaliar constantemente as diretrizes educacionais e, além disso, propor programas ou ações que visem à promoção da saúde e à prevenção de patologias que sejam de natureza fonoaudiológica. A esse respeito, é importante destacar a Lei 6.965, em seu artigo 4o, inciso L: “É da competência do fonoaudiólogo participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos” (BRASIL, 1981, art. 4o, inc. L).

Atualmente, os Surdos têm se articulado politicamente a favor de uma “Educação Bilíngue”,² que reconheça a Libras como primeira língua e a língua portuguesa como segunda. Assim, as escolas voltadas à educação de surdos devem ser especializadas, com professores de Libras e professores bilíngues (ou seja, professores capazes de ministrar os conteúdos dos componentes curriculares com a Libras).

Enfim³, deve-se entender que a perspectiva bilíngue na área fonoaudiológica não se iniciou nesse momento em que os movimentos surdos advogam por uma edu-

² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>.

cação bilíngue, em contraposição à proposta inclusiva que tem desconsiderado as especificidades linguístico-culturais dos surdos. É bem provável que, desde a década de 1990, alguns fonoaudiólogos já tenham usado por meio de novas práticas que não tivessem como objetivo principal o estímulo à aquisição da linguagem oral. Obviamente, esse instante de inquietação da comunidade surda diante da ameaça de fechamento das escolas especializadas (cf. SÁ, 2011) serve-nos de alerta para a reflexão: Será que o discurso fonoaudiológico tem contribuído ou “andado na contramão” dos anseios da comunidade surda? Até que ponto nós, fonoaudiólogos, devemos ditar o que é “melhor” (ou, utilizando-se um termo “politicamente correto”, mais adequado) para os sujeitos surdos? Enfim, o que realmente se encontra por trás desses discursos?

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA NA ESCOLA DE/PARA SURDOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

“A escola sempre foi campo fértil para a fonoaudiologia. [...] É na escola que o profissional fonoaudiólogo se depara com todas as áreas de competência da ciência fonoaudiológica, ou seja, comunicação oral e escrita, voz, fala, audição e outras” (RIBAS & SERRATO, 2010, p. 9). O fonoaudiólogo inserido em um contexto educacional, de modo geral, irá realizar atividades para prevenir e/ou detectar as questões fonoaudiológicas que estejam interferindo no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, esse profissional realizará orientações, encaminhamentos, pesquisas e outras atribuições inerentes à sua profissão.

O fonoaudiólogo educacional é o profissional que, não obstante à compreensão das possibilidades terapêuticas para o sujeito surdo, preocupa-se também, juntamente com a equipe pedagógica, com as possibilidades e as necessidades educacionais desse público. Não apenas os fonoaudiólogos, mas também os docentes deverão ter uma visão global – ou seja, considerar aspectos referentes ao desenvolvimento global e linguístico das crianças, às habilidades motoras, às características emocionais, à sociabilização etc. Dessa forma, todos poderão ventilar “caminhos” pedagógicos promissores que possibilitem ao aluno um desenvolvimento educacional adequado.

A seguir, serão descritas as principais qualidades da escola na qual a intervenção fonoaudiológica está sendo feita:

- É uma entidade de atuação estadual, com sede na cidade de Salvador, sem fins lucrativos, de utili-

dade pública municipal e estadual.

- Foi fundada no ano de 2000, ou seja, já possui mais de 10 anos de existência.
- Atualmente, a escola atende a mais de 250 alunos surdos.
- Tem como missão “defender os direitos das pessoas surdas como cidadãos, visando ao seu desenvolvimento educacional, social, cultural e profissional, por meio de ações que tragam benefícios de alcance social, sensibilizando e conscientizando a sociedade da plena capacidade das pessoas com deficiência de desenvolverem-se quando lhes são dadas às oportunidades”.
- Sua visão embute “tornar-se um Centro de Referência no atendimento a pessoa surda no Estado da Bahia com metodologia, avaliação e conteúdos adaptados a realidade desse público”.
- Os serviços oferecidos pela instituição englobam: educação especial - Ensino Fundamental I e II, Alfabetização de Jovens e Adultos; Atendimento Educacional Especializado (AEE); acompanhamento multidisciplinar (ação integral); formação de educadores; acompanhamento familiar e comunitário; palestras educativas; cursos de Libras; cursos de qualificação social e profissional; encaminhamento para o mercado de trabalho.
- Além da direção, da coordenação pedagógica e do corpo docente, essa escola conta com os serviços dos seguintes profissionais: psicopedagogo, psicólogo e fonoaudiólogo.

Das atividades realizadas na referida escola na área fonoaudiológica, podem-se destacar: (a) o atendimento fonoaudiológico aos alunos (individual ou coletivo), visando à aquisição/desenvolvimento da Libras como primeira língua; (b) em alguns casos, o atendimento fonoaudiológico também visou à estimulação a aquisição da língua portuguesa como segunda língua, com foco na linguagem escrita; (c) oficinas temáticas nas áreas fonoaudiológica, de educação e de saúde, implante coclear, dentre outras; e (d) intervenção interdisciplinar (fonoaudiologia, psicologia e psicopedagogia, coordenação pedagógica e corpo docente).

No que se refere ao atendimento fonoaudiológico, o acompanhamento de alguns alunos surdos tem sido significativo, uma vez que a maioria deles apresenta atraso na aquisição da linguagem visogestual (língua de sinais). Nessa perspectiva, o foco do trabalho tem contemplado o favorecimento da aquisição da Libras como primeira língua, adotando-se na terapêutica atividades lúdicas e contextualizadas. A partir da avaliação fonoaudiológica, considerando-se os aspectos linguísticos (fonológicos, morfológicos, semântico-pragmáticos, sintáticos e discursivos), o profissional tem visualizado quais aspectos necessitarão ser trabalhados clini-

4 A fim de conhecer melhor esse movimento, acesse http://www.feneis.com.br/setembroazul/anexos_mov_azul/proposta_feneis_set_pne.pdf, para conhecer os argumentos da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e as propostas substitutivas ao Projeto-Lei 8.035/2010, que aprovam o Plano Nacional de Educação

camente, com vistas ao desenvolvimento do discurso narrativo.

Em alguns casos, o atendimento tem sido feito coletivamente. Vale destacar que, para que isso fosse possível e viável, os seguintes critérios foram adotados: mesma faixa etária, nível de desenvolvimento linguístico similar ou quase similar e mesma série. No entanto, em um dos casos, apesar de os critérios serem preenchidos plenamente, o sujeito surdo não pôde ser atendido coletivamente, uma vez que existia outro comprometimento (de ordem cognitiva/intelectual) além da surdez. Nesse aspecto, adotou-se como critério de exclusão para o atendimento coletivo da surdez associada a outro comprometimento que acometa o cognitivo.

As oficinas temáticas no campo da fonoaudiologia têm sido significativas tanto para o corpo docente quanto para o corpo discente. No entanto, ainda tem sido um desafio a articulação com os outros profissionais, a fim de que fossem realizadas oficinas com temáticas mais transversais ou interdisciplinares. Ademais, a intervenção interdisciplinar não tem ocorrido em sua plenitude. Provavelmente, as múltiplas atividades assumidas pelos professores e pelos outros profissionais tenham sido os obstáculos para o alcance da interdisciplinaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente, o fonoaudiólogo que esteja inserido em um contexto educacional que atenda aos sujeitos surdos (escola de surdos ou escola bilíngue) deve buscar uma abordagem terapêutica que contemple, principalmente, as ⁵realidades desses sujeitos. Os surdos podem ser beneficiados pelo acompanhamento fonoaudiológico, já que o foco do atendimento não será somente o fomento à aquisição da linguagem oral. O fonoaudiólogo nesse contexto compreende que a maioria das crianças não tem adquirido a Libras como primeira língua e esse será o objetivo primordial da terapêutica

fonoaudiológica.

Sendo o trabalho fundamental a aquisição da língua de ‘sinais pelos surdos, é imperativo que o fonoaudiólogo seja fluente e proficiente em Libras. Desse modo, o profissional será capaz de realizar os atendimentos individuais e coletivos sem a necessidade da intermediação de um terceiro – o tradutor-intérprete de língua de sinais. A presença de um terceiro no setting terapêutico pode interferir nos processos intersubjetivos entre terapeuta e paciente/cliente.

Finalmente, é relevante elucidar à equipe pedagógica que o discurso não deve estar desvinculado da prática no tocante à educação bilíngue. Alguns profissionais envolvidos na área educacional (voltada à educação de surdos), inclusive fonoaudiólogos, devem tomar cuidado para não se adotar um discurso completamente destoante das suas práticas. Então, fonoaudiólogo e corpo docente devem refletir constantemente sobre os caminhos que devem ser trilhados para uma educação bilíngue cada vez mais promissora.

⁵ Prefiro o termo “realidades” a “realidade”, partindo-se do princípio de que uma realidade genérica é utópica e cada sujeito é autor de uma realidade idiossincrásica. Se compreendermos essa visão pós-estruturalista, certamente seremos capazes de vislumbrar as particularidades de cada sujeito que muitas vezes são ocultadas pelas características generalizantes

⁶ É óbvio que não sou contra a presença do tradutor-intérprete nos casos em que o(a) fonoaudiólogo(a) não seja fluente e proficiente em língua de sinais. Entretanto, isso não seria o ideal, considerando-se o que foi mencionado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 6.965, de 9 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo. Brasília: Presidência da República, 1981.

CÁRNIO, M. S.; COUTO, M. I. V.; LICHTIG, I. Linguagem e surdez. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Orgs.). Fonoaudiologia: surdez e aborda-

gem bilíngue. São Paulo: Plexus, 2000: 44-55.

COSTA, R. C. R. Avaliação da linguagem: “dessecando” o nível fonológico da língua brasileira de sinais. In: 4o Encontro do DINAFON: Programação e resumos – de 08 a 10 de dez. de 2010. Organizado por Mirian Rose Brum-de-Paula. Pelotas: Editora da UFPel, 2010: 39-40.

DORZIAT, A. O outro da educação: pensando a surdez com bases nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FERNANDES, E. (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GUARINELLO, A.C. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus, 2007.

LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Orgs.). Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000.

LEVY, C.C.A.C.; SIMONETTI, P. O surdo em si maior. São Paulo: Roca, 1999.

MOURA, M.C. A fonoaudiologia e a surdez. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Orgs.). Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000a: 59-63.

_____. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000b.

NOVAES, B.C.A.C.; BALIEIRO, C.R. Terapia fonoaudiológica da criança surda. In: FERREIRA, L.P.; BEFI-LOPES, D.M.; LIMONGI, S.C.O. (Orgs.). Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 2004: 732-739.

QUADROS, R.M. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R.M.; CRUZ, C.R. Língua de Sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

QUADROS, R.M.; KARNOPP, L.B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RIBAS, A.; SERRATO, M.R.F. Atuação fonoaudiológica nas escolas. In: RIBAS, A.; PAZINI, S. (Orgs.). Fonoaudiologia e educação: uma parceria necessária. Curitiba: UTP, 2010: 9-16.

SÁ, N. R. L. (Org.). Surdos: qual escola? Manaus: Editora Valer e Edua, 2011.

SANTANA, A. P. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

SKLIAR, C. (Org.). Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SLOMSKI, V.G. Educação bilíngüe para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010.